PDS paralisa CPIs em represália à obstrução

Da sucursal de
BRASÍLIA

Depois de fracassar ontem em Brasília um acordo entre o PDS e o PMDB para pôr fim à obstrução dos trabalhos do Senado, o próprio PDS iniciou represália suspendendo o funcionamento de todas as comissões parlamentares de inquérito e da comissão especial do júri. Segundo o presidente do PDS, senador José Sarney, o partido "está usando seu legítimo direito de defesa", já que foram feitas "todas as gestões possíveis no sentido de que os trabalhos parlamentares voltassem à normalidade".

"As lideranças do Congresso devem imediatamente desenvolver esforços para que essa situação seja superada, porque não podemos, em qualquer hipótese, ser fonte de crises", advertiu Sarney, referindo-se às exigências das oposições de fixação das regras eleitorais para 1982 até o final do primeiro semestre. O acordo entre o PDS e o PMDB para pôr fim à obstrução dos trabalhos estava quase firmado, com a garantia do líder governista no Senado, Nilo Coelho, de apresentar até o dia 30 de junho roteiro das mudanças da legislação eleitoral que o partido pretende votar.

O acordo fracassou, porém, segundo observadores políticos, porque foi vetado pelo PP e o PMDB não quis dar mostra pública de divisão da frente oposicionista. Quem iniciou a reação ao acordo, segundo as mesmas fontes, foi a

representação do PP do Mato Grosso do Sul, integrada por Mendes Canale, José Fragelli e Saldanha Derzi, que não querem a aprovação de vultoso empréstimo solicitado pelo governo do Estado, chefiado por seu adversário político Pedro Pedrossian.

"A paralisação do Congresso não ajuda o exercício da prática democrática", salientou Sarney, recusando as pressões oposicionistas para a definição das regras eleitorais de 1982: "Temos nosso prazo e vamos cumpri-lo. Terminado o nosso trabalho, acredito que o governo, por meio do Ministério da Justiça, negociará a matéria com os partidos de oposição, tal como fez com o Estatuto dos Estrangeiros".

Ao justificar a nova tática usada pelo partido governista, Sarney comentou: "Fizemos tudo para que os trabalhos voltassem à normalidade. Infelizmente, as propostas encaminhadas por nossas lideranças não obtiveram êxito. Diante disso, não podemos continuar em plenário, dando número e, ao mesmo tempo, recebendo ataques e agressões cada vez mais injustas sem que a função precípua do Congresso — legislar — seja exercida. Obstrução é um recurso episódico, não pode ser exercida sistematicamente como se quer fazer".

DEPOIMENTOS CANCELADOS

A primeira consequência da decisão governista de suspender o funcionamento das CPIs foi o cancelamento

dos depoimentos do ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, que falaria ontem na CPI do sistema financeiro, e do diretor do Dops de São Paulo, Romeu Tuma, que prestaria esclarecimentos perante a CPI que investiga a escalada do terrorismo no País.

A obstrução iniciada pela bancada do PDS não atingirá o funcionamento das comissões permanentes do Senado, mas segundo a vice-liderança governista, os trabalhos das CPIs só serão reiniciados "quando as oposições desobstruírem as atividades de plenário".

Ontem, o presidente da CPI do terror, senador Mendes Canale (PP-MS), chegou pontualmente para iniciar os trabalhos, encontrando o depoente Romeu Tuma, o senador Franco Montoro (PMDB-SP), e os deputados Modesto da Silveira (PMDB-RJ) e Erasmo Dias (PDS-SP) — que ainda não havia sido informado pela liderança do partido da obstrução.

Desapontado ao saber que o PDS não daria condições de funcionamento à CPI, Canale pediu desculpas ao delegado paulista pelo cancelamento da audiência e explicou que marcará nova data para seu depoimento. Já o ministro Ernane Galvêas nem chegou a comparecer ao Senado, alertado anteriormente pelo senador José Lins, relator da CPI financeira, sobre a nova orientação da bancada do PDS de obstruir o funcionamento das comissões em represália às exigências da oposição no Senado.